

Os megaeventos esportivos e seus impactos no Maracanã:

reformas, resistências e reconquistas

Sports mega-events and their impacts
on Maracanã: reforms, resistance
and reconquest

DEMIAN GARCIA CASTRO

Doutor em Geografia (UERJ). Mestre em Geografia (UERJ),
Mestre em Engenharia Urbana (UFRJ), Especialista em
Sociologia Urbana (UERJ), Licenciado e Bacharel em
Geografia (UERJ); Professor do Colégio Pedro II.
demiancastro@yahoo.com.br

FERNANDO DA COSTA FERREIRA

Doutor em Geografia (UERJ), Mestre em Geografia (UFF),
Especialista em Políticas Territoriais do Estado do Rio de
Janeiro (UERJ), Licenciado e Bacharel em Geografia (UFF);
Professor do Instituto Benjamin Constant.
bfgeo@uol.com.br

RESUMO: Este artigo trata dos impactos dos megaeventos esportivos no Complexo do Maracanã, que inclui o estádio e os equipamentos localizados no seu entorno. Ele se divide em três partes, além da introdução. Na primeira, são apresentadas algumas reflexões sobre a relação dos megaeventos esportivos com a gestão urbana empreendedora neoliberal e seus impactos sobre o Complexo do Maracanã. Na segunda, são analisadas as resistências a esse processo, sobretudo aquelas articuladas pela campanha “O Maraca é nosso!”. Na terceira, como considerações finais, são feitos breves comentários sobre alguns processos de reconquista do estádio no contexto pós-olímpico. O texto apresentado é resultado do diálogo entre as teses de doutorado de Castro (2016) e Ferreira (2017), ambas defendidas no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UERJ sob orientação do professor Gilmar Mascarenhas (*in memoriam*), a quem os autores agradecem e dedicam este trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Maracanã; Megaeventos Esportivos; Gestão Urbana; Resistências.

ABSTRACT: This paper deals with the impacts of sports mega-events in the Maracanã Complex, which includes the stadium and the equipment located around it. It is divided into three parts, beyond this introduction. The first one, some reflections are presented about the relation between the sports mega-events and the neoliberal entrepreneurial urban management and their impacts on the Maracanã Complex. After, the resistances to this process are analyzed, especially those articulated by the campaign “O Maraca é nosso!”. And as final considerations, summaries comments are made about some of the stadium's reconquest processes in the post-Olympic context. The text presented is the result of the dialogue between the doctoral theses of Castro (2016) and Ferreira (2017), both defended in the UERJ Graduate Program in Geography, oriented by Professor Gilmar Mascarenhas (*in memoriam*), to whom the authors thank and dedicate this work.

KEYWORDS: Maracanã; Sports Mega-Events; Urban management; Resistances.

“O novo modelo de estádio que se quer implantar representa uma faceta do assalto neoliberal sobre a cidade, incidindo diretamente sobre a cultura do futebol. Ele priva, agride e exclui, podendo ser pensado como retrocesso na luta pela construção do direito à cidade.” (MASCARENHAS, 2014, p. 26).

Introdução

O Estádio Mario Filho, popularmente conhecido como Maracanã, é certamente o principal estádio de futebol do Brasil. O estádio monumental, outrora maior do mundo, marca a paisagem urbana em sua dimensão física e simbólica. Durante muito tempo foi lugar de encontro da população da cidade com os times de coração nas tardes de domingo, acessível às diferentes camadas sociais que podiam acompanhar *in loco* as façanhas de grandes craques brasileiros e também de outros jogadores menos talentosos.

Construído para ser o palco central da Copa do Mundo de 1950, o estádio voltou ao centro das atenções mundiais por ocasião da realização da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016. Para receber esses dois megaeventos esportivos, o estádio passou por uma grande intervenção, que modificou substancialmente a sua forma e teve grandes consequências sobre o seu conteúdo. Foi destruída a sua tradicional arquibancada e sua marquise emblemática, simultaneamente foram erguidas barreiras concretas e simbólicas ao tradicional torcedor do estádio.

Porém, essas intervenções não atingiram somente o estádio de futebol, mas também o seu entorno. As obras tiveram impacto sobre o Estádio de Atletismo Célio de Barros, o Parque Aquático Julio Delamare, a Escola Municipal Friedenreich, o antigo prédio do Museu do Índio, ou seja, em todo o espaço caracterizado como Complexo Maracanã.

Se, por um lado, o estádio precisaria passar por algumas mudanças para se adequar às exigências da Federação Internacional de Futebol (FIFA) e do Comitê Olímpico Internacional (COI), por outro, as demais intervenções atenderiam às demandas daqueles interessados na implementação de uma gestão privada do Maracanã. Assim, as modificações na forma espacial e institucional do Maracanã relacionam-se diretamente com o modelo de gestão urbana empreendedorista neoliberal (HARVEY, 2005; HACKWORTH, 2007) que se consolida no bojo dos megaeventos esportivos, promovendo a elitização de espaços da metrópole e fortalecendo certas coalizões de poder

que sustentam esse projeto (SANTOS JÚNIOR, 2015). Esse modelo incide diretamente na cultura do futebol, privando, agredindo e excluindo o torcedor (MASCARENHAS, 2014). Porém, esse processo não se deu sem conflitos, pelo contrário, a resistência organizada conseguiu que o projeto não fosse implementado na sua totalidade, conferindo algumas derrotas, ainda que parciais, ao governo do estado e ao Consórcio Maracanã S/A.

Este artigo trata dos impactos dos megaeventos esportivos no Complexo do Maracanã, que inclui o estádio e os equipamentos localizados no seu entorno. Ele se divide em três partes, além desta introdução. Na primeira, são apresentadas algumas reflexões sobre a relação dos megaeventos esportivos com a gestão urbana empreendedorista neoliberal e seus impactos sobre o Complexo do Maracanã. Na segunda, são analisadas as resistências a esse processo, sobretudo aquelas articuladas pela campanha “O Maraca é nosso!”. E na terceira, como considerações finais, são feitos breves comentários sobre alguns processos de reconquista do estádio no contexto pós-olímpico. O texto apresentado é resultado do diálogo entre as teses de doutorado de Castro (2016) e Fernandes (2017), ambas defendidas no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UERJ sob orientação do professor Gilmar Mascarenhas (*in memoriam*), a quem os autores agradecem e dedicam este trabalho.

Os Megaeventos esportivos, a gestão urbana empreendedorista neoliberal e o seus impactos no Complexo do Maracanã

No dia 02 de outubro de 2009, o Rio de Janeiro foi escolhido como cidade-sede dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, desbancando a concorrência de Chicago, Tóquio e Madri. Naquele momento, uma multidão nas areias da praia de Copacabana comemorou a escolha da cidade que havia sido preterida em outras duas candidaturas, respectivamente para as edições de 2004 e 2012.

Dessa vez a conjuntura era outra. A cidade havia sediado os Jogos Pan-Americanos de 2007 e, a despeito de ser um evento de proporções muito menores, acumulou pontos para vencer a disputa com importantes cidades do mundo. Porém, mais importante do que isso, o Brasil passava por um ciclo de crescimento econômico impulsionado pela exportação de *commodities*, pelo aumento real do salário mínimo, por programas de distribuição

de renda e baixos índices de desemprego. Simultaneamente a esse quadro de melhora das condições econômicas e sociais dentro do país, o governo do então presidente Lula buscava o reposicionamento do país no cenário mundial, pretendendo um protagonismo na Organização das Nações Unidas (ONU) e alinhando-se econômica e politicamente aos países emergentes. Nesse contexto, uma das estratégias utilizadas pelo governo federal para reforçar uma nova imagem do país perante o mundo foi a realização de megaeventos esportivos, notadamente os dois com maiores repercussões: a Copa do Mundo de Futebol Masculino da FIFA e os Jogos Olímpicos de Verão.

Os megaeventos, de acordo com Roche (2000), possuem destacado apelo popular, dramaticidade, alcance global de mídia e de mercado. Por conta dessa dimensão, eles ao longo do tempo foram sendo utilizados para a reafirmação dos países, desde a edição dos Jogos Olímpicos de Berlim, em 1936, utilizados como propaganda pela Alemanha nazista, passando pelas disputas entre EUA e URSS durante os Jogos Olímpicos realizados no período da Guerra Fria, até mais recentemente na edição de 2008, sediada em Pequim. Tendo sua capital como vitrine, a China buscou apresentar para todo o planeta a imagem de uma superpotência, expressa tanto nas construções monumentais de equipamentos esportivos para o evento, quanto na sua classificação no quadro de medalhas, para exemplificar o que foi anteriormente afirmado (CASTRO, 2013)¹.

Por outro lado, para além dessa dimensão simbólica na escala nacional do evento, é nas cidades que os megaeventos esportivos ocorrem. Nas Olimpíadas, o evento se concentra em uma única cidade e no caso da Copa do Mundo são várias as cidades-sede, porém há um destaque para aquelas que abrigam um número maior de jogos, bem como aqueles das últimas fases, em especial a grande final que consagra o campeão do certame.

Ao longo do tempo poucos países realizaram seguidamente esses dois megaeventos esportivos: México (1968-70), Alemanha (1974-76) e EUA (1994-96). Entretanto, apesar desses eventos já possuírem nessas ocasiões uma dimensão global, as condições que eram impostas para a sua realização eram muito menores. Se, ao longo da década de 1980, a atuação das empresas de material esportivo e das emissoras de TV veio conferindo maior visibilidade ao esporte enquanto mercadoria junto ao COI e a FIFA, foi a partir dos anos 2000 que essas organizações passaram a apresentar um alto grau de exigências relacionadas aos equipamentos esportivos e às condições das cidades-sede dos seus eventos. Importante destacar ainda que o desenvolvimento da internet, juntamente com a ampliação do seu acesso à

população de várias partes do mundo, ampliou significativamente a audiência desses eventos.

Dessa forma, sediar esses megaeventos passou a ser visto como uma janela de oportunidades para as cidades se venderem no mercado global almejando atrair turistas e investidores internacionais, devido à exposição que lhes é conferida antes, durante e depois da sua realização. Com esse discurso, propagandeia-se para população local a ideia de que haverá maior geração de empregos, renda e melhoria da qualidade de vida.

Nesse contexto, a cidade do Rio de Janeiro, ao realizar esses dois megaeventos, passou por um processo de reestruturação urbana com grandes impactos na vida cotidiana dos seus habitantes, entre os quais podem-se destacar as intervenções em: reforma e a construção de equipamentos esportivos, sobretudo o Maracanã e o Parque Olímpico; mobilidade urbana, com a Linha 4 do metrô, o Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) e a implementação de sistemas de ônibus segregados (na sigla em inglês BRT – *Bus Rapid Transit*); segurança pública, através da implementação das Unidades de Polícia Pacificadora, sobretudo nas áreas mais valorizadas da cidade; moradia, através de elevada valorização das áreas onde ocorreram as intervenções, acompanhadas de violentos processos de remoções de moradias populares realizadas ao largo dos parâmetros legais².

A promoção de megaeventos esportivos gera a “necessidade” de erguer estruturas icônicas, de grande visibilidade e monumentalidade. No caso do Maracanã, o “velho” estádio foi construído para mostrar ao mundo o força da engenharia e da arquitetura brasileira, reafirmando um projeto de nação que se modernizava na década de 1950, ou seja, de alguma forma se enquadrava nessa categoria há décadas. No entanto, era necessário adequá-lo ao “padrão-FIFA”, com lugares para todos sentados, imposição de um padrão de comportamento, instalação de sistema de vigilância, em nome do conforto e da segurança do público. Assim, o estádio, que possuía uma arquibancada e uma marquise singular, além da sua gigantesca capacidade de público, passou por uma reforma que praticamente destruiu e reconstruiu o estádio, manteve apenas a sua estrutura externa e o colocou a imagem e semelhança de outras arenas futebolísticas do mundo³.

Essa reforma também chamou atenção pelo elevado montante de recursos públicos empregados pelo governo do estado, chegando a R\$ 1,2 bilhões. Porém, vale destacar que o estádio tinha passado recentemente por sucessivas reformas visando a sua utilização em eventos internacionais. A primeira esteve relacionada à realização do I Mundial de Clubes da FIFA,

em 2000, quando foram inseridas cadeiras nas arquibancadas. A segunda foi feita para os Jogos Pan-americanos de 2007, ocasião em que foi retirada a *geral*, tradicional setor em que os ingressos eram vendidos a preços populares. As duas obras anteriores custaram, respectivamente, R\$ 106 milhões e R\$ 304 milhões, em valores sem correção monetária. Apesar de já terem consumido grande quantidade de dinheiro público e implementado grandes modificações no estádio, ocasionando graves descaracterizações no seu projeto original, ambas foram completamente desconsideradas na última reforma (CASTRO, 2016).

Os volumosos recursos públicos investidos na preparação do principal palco da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016 visavam atender a um público restrito, de maior poder aquisitivo, ativo no consumo e (muitas vezes) passivo no comportamento, atraído, principalmente, pela visibilidade alcançada por eventos de tamanho porte. Os altos preços cobrados pelas entradas excluíram os torcedores fanáticos de menor poder aquisitivo, cabendo a eles (e ao contribuinte de um modo geral) apenas a função de pagar a conta bilionária das intervenções realizadas em uma edificação pública que viria a ser entregue à iniciativa privada.

A grande reforma, empreendida entre 2010 e 2013, parecia destinada à ressignificar o Maracanã, transformando-o em um espaço frequentado por um público “selecionado”, composto, majoritariamente, por cidadãos pertencentes às classes média, média-alta e alta. O arquiteto Daniel Hopf Fernandes, responsável pelo projeto executivo do estádio, em entrevista publicada em 2010 no site Portal 2014, deixou claro que havia essa intenção não para todo o estádio, mas sim para os setores Leste e Oeste. Esses setores, localizados de frente para as linhas laterais do campo, oferecendo uma melhor visão do jogo para os espectadores, seriam, assim, destinados ao que ele nomeou como público *premium*, cujo montante arrecadado serviria para equilibrar o balanço financeiro anual do Maracanã, juntamente à promoção de shows e outros eventos (FERNANDES, 2010).

Em artigo publicado às vésperas da Copa das Confederações de 2013, o próprio arquiteto justificou a importância de atrair esse perfil de frequentador, pois ele ocupa em torno de 16% da capacidade total de uma arena e pode representar 70% de sua receita total (FERNANDES, 2013, p. 67). Mesmo assim, ressaltava que procurou adequar o Maracanã ao padrão das modernas arenas multiuso⁴ sem esquecer que a sua função primordial relaciona-se às partidas de futebol, dando a entender que os setores localizados atrás dos gols (Norte e Sul) continuariam a receber um público próximo àquele

que costumava frequentar o estádio antes das reformas. A transformação do principal equipamento esportivo da cidade em um espaço elitizado partiria, portanto, do Consórcio Maracanã S/A, com a anuência de Flamengo e Fluminense, clubes que assinaram contrato de uso daquele espaço, responsável pela administração do estádio.

Essa mudança de perfil socioeconômico do público frequentador das instalações futebolísticas tem sido apoiada pela FIFA. A publicação “Estádios de futebol: Recomendações e requisitos técnicos” (FIFA, 2011), editada pela própria entidade e elaborada por um grupo de técnicos por ela contratados, nada mais é que um grande passo a passo, com inúmeras exigências e recomendações relacionadas à configuração dos estádios “padrão-FIFA”, aptos a abrigar partidas nos eventos organizados sob a sua chancela. Se, tradicionalmente, muitos desses equipamentos eram concebidos para abrigar coletividades de todas as classes sociais, dispostas em setores separados de acordo com seu poder aquisitivo, a estratégia adotada pela entidade passava por “limpar” esses ambientes de grupos vistos como cultural e economicamente indesejáveis. A proposta seria substituí-los por uma clientela avessa à imagem associada ao estádio tradicional, afinal o objetivo seria “atrair VIPs ou consumidores que estejam dispostos a pagar muito mais que o preço regular dos ingressos é essencial para o sucesso financeiro do estádio moderno” (FIFA, 2011, p. 31)⁵.

O “novo” Maracanã, reformado com dinheiro público para se adequar ao padrão-FIFA, pensado para torcedores de renda mais elevada, deveria passar à iniciativa privada que, de acordo com o discurso propagado, seria mais moderna e eficiente. Aqui a contraposição é feita à gestão da Superintendência dos Desportos do Estado do Rio de Janeiro (SUDERJ), vinculada à Secretaria Estadual de Esportes e Lazer⁶, que possui muitos cargos técnicos ocupados através de indicações políticas e com baixo nível de profissionalização. A despeito dessas acusações, muito comuns na imprensa que normalmente defende os processos de privatização, também vale destacar que a SUDERJ foi responsável pela gestão do estádio durante a década de 1980, um período em que era muito baixo o nível de investimento público com a sua manutenção, da mesma forma que nas demais infraestruturas urbanas.

Dessa forma, em diálogo direto com o modelo de gestão urbana empreendedorista neoliberal em curso na cidade, submetida aos interesses dos agentes econômicos que compõe a coalizão de poder que sustenta esse projeto (HARVEY, 2005; HACKWORTH, 2007; SANTOS JÚNIOR, 2015), em 2013, o Governo do Estado do Rio de Janeiro concedeu em regime de Parceria Públi-

co-Privada (PPP), a gestão, operação e manutenção do Estádio Mário Filho (Maracanã) e do Ginásio Gilberto Cardoso (Maracanãzinho), por um período de 35 anos, ao Consórcio Maracanã S/A, formado pelas empresas IMX, Odebrecht e AEG Administração de Estádios. Essa concessão trazia consigo uma nova forma de pensar o estádio e o seu entorno, pautada agora pela exploração econômica, diferente da concepção anterior, que pelo fato de estar vinculada ao poder público, permitia diversas finalidades.

O contrato previa a realização de diversas intervenções por parte da empresa vencedora da licitação, entre as quais podemos destacar: a demolição do Museu do Índio e da Escola Municipal Friedenreich; a demolição e remoção do Estádio de Atletismo Célio de Barros e do Parque Aquático Júlio Delamare; a construção em outro espaço de dois centros de treinamento destinados, respectivamente, à prática do atletismo e dos esportes aquáticos em substituição às estruturas esportivas removidas (RIO DE JANEIRO, 2012)⁷.

Em troca das intervenções realizadas, o grupo responsável pela gestão teria direito à construção e exploração comercial de dois edifícios-garagem (um deles servido por heliponto) com altura máxima de 22 metros na área no entorno do estádio. Neles, o pavimento térreo deveria dispor de lojas e serviços, como forma de garantir a circulação de pessoas e a valorização do espaço, com uma lógica de funcionamento independente da utilização do estádio (RIO DE JANEIRO, 2012, p. 45). Segundo reportagem publicada no jornal O Globo, somente com a exploração dessas duas edificações, a receita anual estimada girava em torno de R\$ 19 milhões (CASTRO, 2013).

O Anexo 3 do Edital de Privatização destaca a demolição dos equipamentos esportivo-educacionais como ações “necessárias” segundo diferentes alegações. A remoção do Célio de Barros e do Júlio Delamare, nomeadas como “Adequação das Áreas Internas do Complexo”, serviria para melhorar a circulação interna, aumentando as áreas livres, graças à criação de duas praças internas que poderiam abrigar pequenos shows e eventos. No caso do prédio que abrigou o Museu do Índio, sua demolição serviria para facilitar a dispersão do público do Maracanã, ainda que este viesse a operar com menos da metade da sua capacidade original. No terreno remanescente da unidade escolar, por sua vez, deveriam ser construídas duas quadras de aquecimento anexas ao Maracanãzinho para a utilização dos atletas que atuariam no ginásio poliesportivo durante a realização dos Jogos Olímpicos de 2016 (KONCHINSKI, 2012). Terminado o megaevento, elas ficariam “livres” para usos mais rentáveis.

O Maraca é nosso! A luta contra os impactos da concessão do estádio à iniciativa privada

O lançamento do edital de concessão acabou sendo um catalizador da unificação das lutas sociais em torno do Maracanã. Antes os grupos de atingidos, torcedores e diversas organizações sociais questionavam o processo que estava em curso de forma isolada. Porém, a partir desse momento eles passaram a atuar conjuntamente através da Campanha “O Maraca é nosso!”, articulados, sobretudo, pelo Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio (CPCORJ)⁸. Essa articulação realizou atos públicos, debates, passeatas, produziu vídeos, dossiês, emitiu notas públicas, entre outras ações visando evitar que o projeto anunciado fosse concretizado e que estruturas de grande importância social e cultural fossem demolidas.

Paralelamente, outros segmentos da sociedade passaram a questionar a forma em que as ações do Governo do Estado sobre o Maracanã transcorriam. Em uma das frentes, o deputado estadual Marcelo Freixo, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), entrou com o pedido na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) para a formação de uma comissão especial a fim de acompanhar o cumprimento do contrato de concessão. Em outra, os Ministérios Públicos Federal e Estadual apontavam que os valores do aluguel (do estádio) e das obras foram calculados pela mesma empresa que concorreu à administração do Maracanã, no caso, a IMX (CASTRO, 2016).

De acordo com o dossiê do CPCORJ (2013), a condução dos planos para o novo Maracanã e seus arredores pautou-se pelo autoritarismo do governo do estado do Rio de Janeiro, ignorando as inúmeras manifestações e tentativas de diálogo promovidas por entidades e grupos que utilizavam as dependências do Complexo Esportivo e do Museu do Índio (atletas, pais de alunos, professores, indígenas, entre outros) e que buscavam ter as suas opiniões ouvidas acerca da formulação de políticas públicas para os espaços ameaçados. Segundo a mesma publicação, ficou clara a ação coordenada do poder público em suas instâncias municipal e estadual com grandes grupos privados, cujo interesse limitava-se a auferir a maior quantidade de lucro possível via exploração comercial de uma área de extremo interesse para a população. Além do anteriormente citado estudo de viabilidade de privatização encomendado pelo governo estadual a uma empresa que participaria do referido processo licitatório, houve, seguindo a via do poder municipal, o destombamento, pelo decreto 36.349, de 19 de outubro de 2012, de parte do Complexo do Maracanã (tombado desde 2000 como patrimônio histórico e

cultural da cidade), destacadamente o Estádio de Atletismo Célio de Barros e o Parque Aquático Júlio Delamare.

A assinatura do decreto de destombamento pelo então prefeito Eduardo Paes abriu caminho para a demolição desses dois equipamentos grande relevância para o esporte nacional que, além de atenderem à preparação e abrigarem competições com atletas de alto rendimento, constituíam espaços de grande relevância social para a cidade. Segundo o Dossiê Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro (COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO, 2013), os projetos sociais existentes no Júlio Delamare serviam a mais de 10.000 pessoas que utilizavam as suas dependências em atividades de natação, hidroginástica, ginástica, polo aquático, nado sincronizado, saltos ornamentais, além de programas de iniciação esportiva para os mais jovens, de tratamento de saúde para idosos e pessoas com deficiência, encaminhados pela rede pública de saúde. O Célio de Barros abrigava projetos de iniciação ao atletismo, de inserção social e de tratamento de saúde pela via do esporte, além de ser utilizado em olimpíadas escolares, universitárias e comunitárias.

No que diz respeito ao antigo prédio do Museu do Índio, seu espaço havia sido ocupado, desde 2006, por indígenas de diversas etnias que já viviam na cidade e ali constituíram a Aldeia Maracanã. Com o anúncio da concessão do estádio e das obras no seu entono, teve início uma forte mobilização, envolvendo redes e organizações nacionais e internacionais. No bojo desse processo foram emitidos pareceres do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN) e do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC), reforçando o valor histórico e cultural do prédio. Diante das pressões relacionadas à causa indígena, a FIFA desmentiu que houvesse uma exigência da entidade relacionada à demolição do prédio como parte do pacote de obras para a Copa do Mundo de 2014. Finalmente, em janeiro de 2013, o governo do estado anunciou que não mais demoliria o prédio, porém não abria mão de tentar apagar a sua história e remover os ocupantes do prédio. Dessa forma, anunciou um novo projeto no qual a antiga construção seria reformada e refuncionalizada visando abrigar o futuro Museu Olímpico, com a responsabilidade sobre a execução das obras cabendo ao Consórcio Maracanã S/A. A nova proposta não atendia aos anseios dos grupos envolvidos no movimento de resistência, para eles o local deveria abrigar atividades voltadas à preservação da cultura indígena (CASTRO, 2016).

As ações articuladas por diferentes agentes sociais, somadas ao cenário político marcado por constantes manifestações⁹ contrárias ao governo

em suas múltiplas esferas, resultaram numa nova vitória dos movimentos contrários às intervenções no entorno do estádio em vias de arenização¹⁰. No início de agosto de 2013, o governador Sérgio Cabral anunciou que não mais demoliria o Estádio Célio de Barros, o Parque Aquático Júlio Delamare e a Escola Municipal Friedenreich. Ao governo estadual caberia arcar com os custos relacionados à reforma/reconstrução do estádio de atletismo. O contrato de concessão do estádio foi posto “em suspenso” para que o consórcio decidisse pela manutenção ou não do compromisso anteriormente assinado. Segundo notícia publicada no G1 Rio (2013), tal mudança de atitude decorreria de “pedidos da justiça e do desejo da sociedade civil”. Seguindo a mesma linha, o prefeito Eduardo Paes, no dia 12 de agosto, além de tombar provisoriamente o imóvel onde se localiza a Escola Friedenreich (Decreto 37.530) e, definitivamente, o prédio do Museu do Índio (Decreto 37.531), anulou o “destombamento” do Parque Aquático Júlio Delamare e do Estádio Célio de Barros (Decreto 37.529). Dessa forma, podemos afirmar que a resistência e mobilização dos grupos sociais atingidos, especialmente na Campanha “O Maraca é nosso!”, logrou obter uma vitória momentânea sobre alguns dos principais agentes da coalizão de poder da gestão urbana empreendedorista neoliberal.

A sucessão de acontecimentos indicava um desfecho favorável, mas o parque aquático reabriu em novembro de 2013 em condições precárias. Segundo o depoimento de Rosângela Maciel, integrante da Comissão pelo Parque Aquático Júlio Delamare, apenas doze professores trabalhavam no atendimento aos cerca de dez mil alunos matriculados (AGÊNCIA BRASIL, 2014). Em maio de 2014 suas atividades foram novamente encerradas em função da instalação de estruturas temporárias para a Copa do Mundo. Terminada a competição, a indefinição acerca de quem bancaria as reformas prometidas para os equipamentos salvos da demolição culminou na transferência das disputas olímpicas para o Parque Aquático Maria Lenk, apesar da promessa de Carlos Arthur Nuzman, então presidente do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), de incluir o Júlio Delamare como uma das sedes do torneio olímpico de polo aquático (RODRIGUES, 2013). Ferreira (2017) afirma que, apesar da reabertura do parque aquático e da retomada das atividades normais na Escola Municipal Friedenreich, é possível perceber, especialmente nos casos do Museu do Índio e do Estádio de Atletismo Célio de Barros, a transformação desses equipamentos em “áreas adormecidas”, à espera de um contexto político favorável à retomada do projeto original.

O Maracanã pós-olímpico: a reconquista do estádio

Uma das faces cruéis das intervenções realizadas no Complexo do Maracanã visando prepará-lo para megaeventos esportivos deixou como “legado” o abandono e a perda da função original do Estádio de Atletismo Célio de Barros, cuja pista foi cimentada após o destombamento assinado pelo então prefeito Eduardo Paes, transformado seu uso cotidiano em um “estacionamento com arquibancada” (FERREIRA, 2017) ou local para a promoção de eventos temporários relacionados ao entretenimento pago, como festas e parque de diversões. Houve também modificações na forma e na institucionalidade do Estádio Mario Filho, com a retirada da sua emblemática marquise e da sua tradicional arquibancada e a entrega da sua administração a um consórcio privado.

Por sua vez, se compararmos o espaço concebido pelos agentes hegemônicos com o espaço vivido atualmente, percebemos que o primeiro não se impôs plenamente sobre o segundo. Longe disso. A feição atual do Maracanã e arredores resulta do embate contínuo entre agentes hegemônicos e os grupos sociais que conseguiram se mobilizar para apontar as contradições desse projeto, minimizando o impacto das intervenções desejadas para o local. Tais expressões de resistência, excetuando-se a Vila Autódromo¹¹, não foram encontradas em outras porções do tecido urbano carioca afetadas por intervenções que visavam trazer benefícios exclusivamente a grupos econômicos seletos, em detrimento das reais necessidades da coletividade.

Mesmo no plano interno do estádio, terminados os Jogos Olímpicos e Paralímpicos, percebe-se que o Maracanã, assim como a cidade do Rio de Janeiro, não perdeu o seu caráter orgânico, graças a uma contribuição (ainda que involuntária) do megaevento esportivo em questão. A querela envolvendo o Comitê Organizador dos Jogos Rio 2016 e o Consórcio Maracanã S/A acerca da devolução do estádio após o evento, fez com que, por ocasião de sua reabertura sem a conclusão das intervenções necessárias, seus administradores impusessem novas regras de funcionamento aos setores localizados junto às linhas laterais. A mais importante tratava do fim da exigência do lugar marcado devido à falta de diversos assentos e à forma desordenada como muitos deles foram recolocados. Os clubes mandantes, por sua vez, deixaram de adotar o modelo de torcida mista.

Tal fato, aliado à resistência empreendida por grupos tradicionais de torcedores, a baixa taxa de ocupação média (excluindo as finais de campeo-

nato e partidas com caráter decisivo) e mudanças arquitetônicas internas, a disputa envolvendo o Consórcio Maracanã S/A e o governo do estado do Rio de Janeiro, fizeram com que o espaço concebido para o espectador não conseguisse se impor plenamente ao espaço vivido pelo torcedor. Ainda que, em muitos casos, haja o sufocamento das expressões coletivas de torcer, com a proibição de bandeiras, instrumentos musicais e pirotecnia, a tradicional cultura torcedora de assistir às partidas de pé resiste, num primeiro momento, nas porções superiores Norte e Sul (atrás dos gols e que cobram os ingressos menos caros). A partir do final de 2016, nos setores Oeste e, principalmente, Leste, concebidos para abrigar a torcida mista, sentada em lugares marcados (prática cada vez menos comum) torcedores de pé, fato que desagrada e gera focos de tensão constante entre frequentadores com modos de torcer diferentes, ou seja, constituindo microrrepresentações do espaço urbano. A persistência e ampliação da área dominada pelo torcer de pé, aliada à proposta, ainda tímida, de retirada das cadeiras localizadas nos setores Norte e Sul, buscando um aumento da capacidade de público, como forma de “reviver” a antiga Geral (BURLÁ, 2019), apontam para uma lenta repopulação do nosso principal referencial esportivo e um dos mais importantes símbolos da cidade do Rio de Janeiro. Que a reconquista (ainda em curso) do Maracanã pelo torcedor possa vir a inspirar os seus cidadãos para que façam o mesmo pela cidade.

Referências bibliográficas

- AGÊNCIA BRASIL. Usuários protestam contra fechamento do Parque Aquático Julio Delamare. **Agência Brasil**, 14 maio 2014. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/201405/usuarios-protestam-contra-fechamento-do-parque-aquatico-julio-delamare>. Acesso em: 7 out. 2019.
- BURLÁ, Leo. Deputados do Rio de Janeiro aprovam a volta da “geral” do Maracanã. **UOL**, 24 set. 2019. Disponível em: <https://www.uol.com.br/esporte/futebol/ultimas-noticias/2019/09/24/deputados-do-rio-de-janeiro-aprovam-a-volta-da-geral-do-maracana.htm>. Acesso em: 7 out. 2019.
- CASTRO, Carolina de Oliveira. Cabral desiste de demolir Célio de Barros e diz que concessão do Maracanã está ‘em suspenso’. **O Globo**, 02 ago. 2013. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/copa-2014/cabral-desiste-de-demolir-celio-de-barros-diz-que-concessao-do-maracana-esta-em-suspenso-9327192>. Acesso em: 7 de out. 2019.
- CASTRO, Demian Garcia. Governança urbana empreendedorista e megaeventos esportivos. **GeoUERJ**, n. 24, p. 37-60, jan./jun. 2013.
- _____. “O Maraca é Nosso!”: da “monumentalidade das massas” ao “padrão-FIFA” — neoliberalização da cidade, elitização do futebol e lutas sociais em torno do Maracanã. 2016. 258 f. Tese (Doutorado em Geografia)—Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.
- _____. & NOVAES, Patrícia Ramos. Copa do Mundo 2014 e os impactos no direito à moradia: uma análise das cidades-sede brasileiras. In: SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves; GAFFNEY, Christopher; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. **Brasil: os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016**. Rio de Janeiro: E-papers / Observatório das Metrópoles, 2015. p. 79-103
- COELHO, Gustavo Rebelo. **Pixadores, Torcedores, Bate-Bolas e Funkeiros: enigmas no reino da humanidade esclarecida**. 216 f. Tese (Doutorado em Educação)—Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
- COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO. **Dossiê Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro**. Mar. 2013. Disponível em http://www.observatoriodasmetrolopes.net/download/dossie_megaeventos_2013.pdf. Acesso em: 7 out. 2019.
- _____. **Dossiê Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro**. Nov. 2015. Disponível em http://www.childrenwin.org/wp-content/uploads/2015/12/Dossie-Comit%C3%AA-Rio2015_low.pdf. Acesso em: 7 out. 2019.
- FERNANDES, Daniel Hopf. Arquiteto do Maracanã fala sobre o projeto para a Copa. **Portal 2014**, 10 dez. 2010. Disponível em: <http://www.portal2014.org.br/noticias/5897/ARQUITETO+DO+MARACANA+FALA+SOBRE+O+PROJETO+PARA+A+COPA.html>. Acesso em: 6 fev. 2015.
- _____. A nova infraestrutura de arenas e a Copa de 2014: impulsionando a cadeia de entretenimento no Brasil. **Cadernos FGV Projetos**, ano 8, n. 22, p. 62-69, jun./jul. 2013.
- FERREIRA, Fernando da Costa. **O estádio de futebol como arena para a produção de diferentes territorialidades torcedoras: inclusões, exclusões, tensões e contradições presentes no novo Maracanã**. 2017. 437f. Tese (Doutorado em Geografia) — Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.
- FIFA. **Estádios de futebol: Recomendações e requisitos técnicos**. 5ª ed. Zurique: FIFA, 2011.
- FREIRE, Letícia de Luna. Quando a “cidade olímpica” não é para todos: o caso da Vila Autódromo, RJ. **Advir (ASDUEJ)**, Rio de Janeiro, n. 35, p. 74-83, jul. 2016.
- G1 RIO. Prefeitura do Rio tomba Museu do Índio e escola no Complexo Maracanã. **G1 Rio**, 12 ago. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/08/prefeitura-do-rio-tomba-museu-do-indio-e-escola-no-complexo-maracana.html>. Acesso em: 7 out. 2019.
- GIULIANOTTI, Richard. **Sociologia do futebol: dimensões históricas e socioculturais do esporte das multidões**. São Paulo: Nova Alexandria, 2010.
- HACKWORTH, Jason. **The neoliberal city**:

governance, ideology, and development in american urbanismo. Ithaca: Cornell University Press, 2007.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. et al. **Cidades rebeldes**: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013.

KONCHINSKI, Vinicius. Projeto de privatização do Maracanã prevê demolição de escola pública “modelo”.

UOL, 29 out. 2012. Disponível em: <http://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2012/10/29/projeto-de-privatizacao-do-maracana-preve-demolicao-de-escola-publica-modelo.htm>. Acesso em: 7 out. 2019.

MASCARENHAS, Gilmar. Um jogo decisivo, mas que não termina: a disputa pelo sentido da cidade nos estádios de futebol. **Cidades**, Presidente Prudente, v. 10, n. 17, p. 142-170, 2013.

_____. “Não vai ter arena”: futebol e direito à cidade. **Advir (ASDUERJ)**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 24-38, jul. 2014.

RIO DE JANEIRO. **Projeto Maracanã**. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado da Casa Civil, outubro/2012. Disponível em: http://www.rj.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=5b86fed5-eb2b-47d3-89b4-b0e8cfc0b267&groupId=132901. Acesso em: 7 out. 2019.

_____. **Elementos do projeto básico e estudos arquitetônicos referentes às obras incidentais do Complexo Maracanã** (anexo 3). Rio de Janeiro: Secretaria de Estado da Casa Civil, Outubro/2012. Disponível em: http://www.rj.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=5f4e4722-3c8c-489e-9d5a-2dac3122dba3&groupId=132901. Acesso em: 7 out. 2019.

RODRIGUES, Renan. Júlio Delamare sediará competições de polo aquático durante Rio 2016. **UOL**, 07 nov. 2013. Disponível em: <http://olimpiadas.uol.com.br/noticias/2013/11/07/julio-delamare-sediara-competicoes-de-polo-aquatico-durante-rio-2016.htm>. Acesso em: 7 out. 2019.

ROCHE, Maurice. **Mega-events modernity**: Olympics and Expos in the growth of global culture. New York / London: Routledge, 2000.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves. Metropolização e megaeventos: proposições gerais em torno da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016 no Brasil. In: SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos; GAFFNEY, Christopher; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (Org.). **Brasil: os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016**. Rio de Janeiro: E-papers / Observatório das Metrôpoles, 2015. p. 21-40.

TOMLINSON, Alan & YOUNG, Christopher. Culture, politics, and spectacle in the global sports event — an introduction. In: TOMLINSON, Alan & YOUNG, Christopher (Org.). **National identity and global sports events**: culture politics and spectacle in olympics and the football world cup. Albany: State University of New York Press, 2006. p. 1-14.

THUSWOHL, Mauricio. Repudiadas por cariocas, reforma e concessão do Maracanã abre feridas. **Carta Maior**, 22 jun. 2013. Disponível em: <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Repudiadas-por-cariocas-reforma-e-concessao-do-Maracana-abre-feridas/4/28193>. Acesso em: 7 out. 2019.

Recebido em: 11 de outubro de 2019
Aprovado em: 13 de novembro de 2019